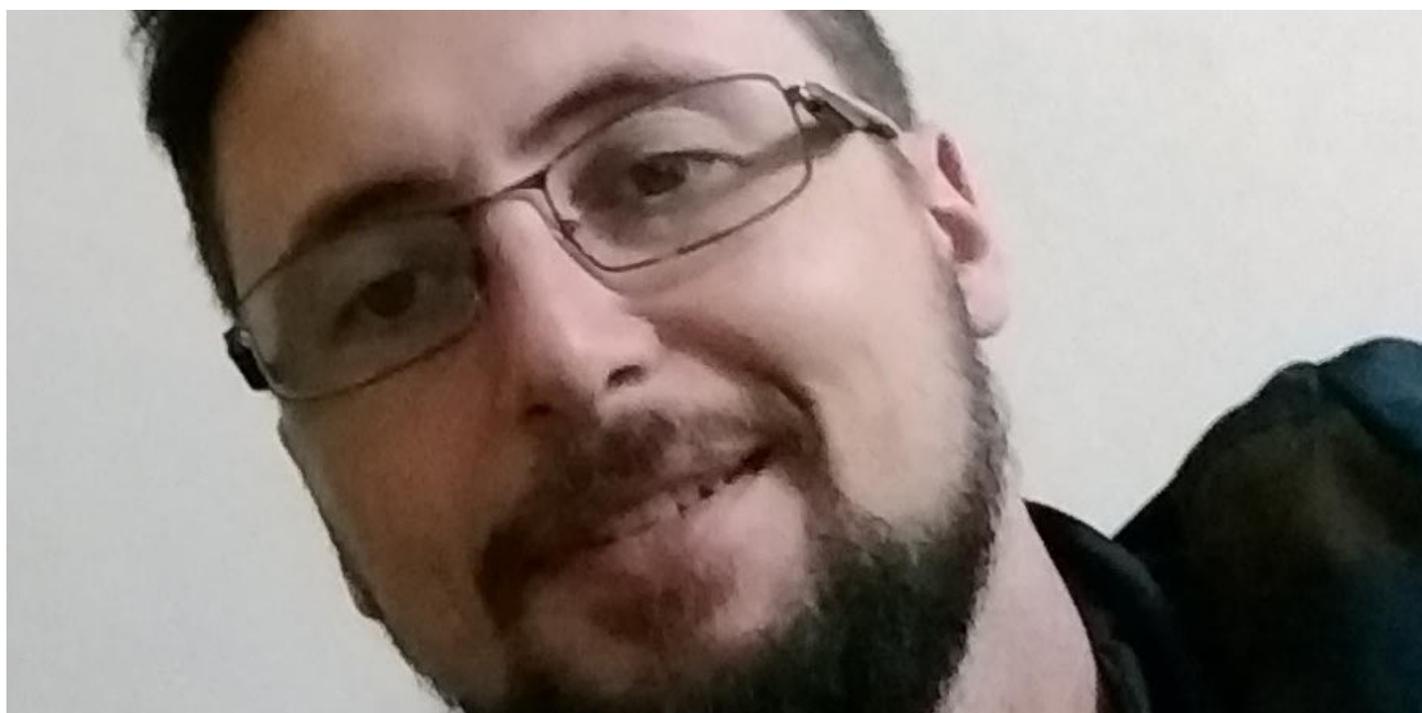


INFOhome revista diversos mercado espaço ofaj infohome tv

INFORMAÇÃO, UTOPIAS E DISTOPIAS ^{contato}

A coluna propõe reflexões sobre a informação no cotidiano e nas práticas profissionais em meio às utopias e às distopias da contemporaneidade, abordando temas em diálogo com diferentes áreas e linguagens.

[Principal](#) / [Arquivo de Colunas](#) / [INFORMAÇÃO, UTOPIAS E DISTOPIAS](#) /
[INFORMAÇÃO E BARREIRAS SOCIOINSTITUCIONAIS: ACESSIBILIDADE E “MAIORIAS SILENCIADAS”](#)



INFORMAÇÃO E BARREIRAS SOCIOINSTITUCIONAIS: ACESSIBILIDADE E “MAIORIAS SILENCIADAS”

Por **RODRIGO RABELLO** Junho/2022

As limitações epistemológicas das noções de sistema de informação e de usuários de informação (RABELLO, 2013; RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2020) orientam parte do fazer profissional tecnicista. A aplicação da técnica pela técnica tende a invisibilizar sujeitos e a orientar o limite da ação institucional possível. Por



consequência, os sujeitos invisibilizados tendem a não se identificarem com a instituição que os desconsideram (FLUSSER, 1980).

O texto [Atuação profissional e não-usuário em unidades de informação \[https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=1336\]](https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=1336) abordou discussões introdutórias em torno da desconsideração da diversidade e da pluralidade de sujeitos por parte de profissionais que atuam em instituições ou unidades de informação tradicionais.

Os profissionais nomeados de “usurários” de informação [\[https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=1296\]](https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=1296) dão forma ao “não-público”, constituído de “não-usuários”. Estes sujeitos silenciados, excluídos e/ou invisibilizados se caracterizariam pelo morfema de negação que os adjetiva: “não-público” e “não-usuário”. Isso porque, em tese, eles não são considerados pela unidade de informação tradicional ou sequer aparecem em seu horizonte de atuação institucional. Nem ao menos são reconhecidos como pertencentes à comunidade ou ao rol do chamado público potencial, comumente denominado de usuários potenciais.

Nessas condições, as instituições atuam como (re)produtoras de barreiras ao não-público, dificultando ou impedindo que este seja içado à condição de público. Tal (re)produção socioinstitucional ocorre segundo concepções e visões de mundo (RABELLO; ALEMIDA JUNIOR, 2020), que podem ser abordadas em termos de barreiras socioinstitucionais orientadas por concepções de classes sociais.

Tais barreiras podem se manifestar via reprodução de preconceitos e de estruturas sociais que legitimam as desigualdades, ou mesmo via inadequações institucionais, atingindo, sobremaneira, segmentos sociais desprivilegiados. Tais inadequações ocorrem, por exemplo, em relação à acessibilidade a determinados espaços ou a determinados produtos e serviços.

As **barreiras de acessibilidade** podem ser pensadas no âmbito analógico ou digital. Nas barreiras de âmbito analógico se situa a inacessibilidade a espaços, edificações, que também pode ser sintetizado como barreiras arquitetônicas. Para

além destas, existem ainda obstáculos para o acesso a objetos informacionais – livros, documentos –, seja em virtude de dimensões linguísticas (pensando nos imigrantes e refugiados, nos deficientes auditivos e visuais etc.) e/ou de dimensões culturais, políticas e/ou econômicas, dentre outras.

As barreiras para o acesso a objetos informacionais alcançam também – apesar da diferença na infraestrutura de informação – aspectos tocantes ao acesso à informação no ambiente digital e em rede. A particularidade da infraestrutura digital requer abordagens específicas, como as que se debruçam sobre problemas de usabilidade de *websites*, de arquitetura da informação, enfim, relacionadas igualmente à organização e à recuperação da informação.

Os segmentos sociais desprivilegiados podem ser abordados em termos de “minorias sociais” ou de **“maiorias silenciadas”**. Ao menos dois sentidos possíveis de “minorias sociais” (ainda que, por vezes, correspondam a maiorias populacionais) foram amplamente disseminados, um relacionado a “minorias nacionais” e o outro atinente a pessoas desprivilegiadas (CHAVES, 1971).

O entendimento sobre as “minorias nacionais” ocorre quando há comparação a uma maioria num determinado Estado e/ou território, e, aí, a minoria se consubstancia, por exemplo, em grupos étnicos. O outro sentido aborda um grupo de pessoas com alguma desvantagem no âmbito das relações sociais (CHAVES, 1971) e nas posições de poder. Nesse último sentido, a invisibilidade social também pode ser interpretada como a impossibilidade e/ou dificuldade de participação de sujeitos na vida pública em razão de alguma vulnerabilidade (TOMÁS, 2010).

Por outro lado, ao abordar os avanços da promulgação da *Constituição Federal* brasileira de 1988, a intelectual Lélia Gonzalez problematiza a ideia de minorias em termos populacionais em virtude do fato de as pessoas desprivilegiadas constituírem, ao invés de minorias, uma maioria silenciada. Nas palavras da autora, a constituinte “[...] nos levou a concluir que era necessário alguém na retaguarda que levasse não só a questão do negro, mas também a questão da mulher, dos homossexuais, das minorias, ou melhor, das maiorias silenciadas.” (GONZALEZ, 2020).



Articulam-se às questões políticas e econômicas, aquelas de ordem racial, de gênero e classe social. No Brasil, a “normatividade” – que coloca à margem as “minorias sociais” (em espaços políticos de decisão) na condição de, em seu conjunto, “maiorias silenciadas” –, é referenciada na cor branca, no masculino, na orientação sexual cis e no ambiente urbano, segregando e invisibilizando pessoas que não se encaixam, em todo ou em parte, nesse arquétipo, sejam pessoas negras, mulheres, LGBTQIA+, indígenas (VIEIRA; KARPINSKI, 2019), pessoas com deficiência, que vivem no meio rural ou de regiões menos desenvolvidas do país.

Estudos recentes têm se debruçado sobre a questão da visibilidade da cultura negra em espaços informacionais. Ao exemplificar o caso da biblioteca no Brasil, observa-se a exclusão daquelas populações em virtude da ausência (ou pouca presença) da memória expressa em materiais bibliográficos. Isso não vai ao encontro do fortalecimento daquele grupo étnico, bem como para a preservação da sua história, memória e cultura (SILVA; LIMA, 2019).

O livro de Nascimento (2021) busca desvendar o véu da opacidade da representação da mulher nos arquivos públicos brasileiros. A autora realiza um levantamento, com abrangência de 1826 a 1985, relativo aos acontecimentos que registraram a participação de mulheres, buscando abranger a escravatura e abolição do trabalho escravo no Brasil, o direito ao voto feminino no Brasil e a Ditadura Militar brasileira de 1964 a 1985. Identifica, ao final, que o papel das mulheres na vida política tem sido obliterado na descrição arquivística e em instrumentos de pesquisa elaborados pelos arquivos públicos do país.

Investigações que consideram o espectro LGBTQIA+ têm observado que o termo “trans” – para se referir a individualidades, como gênero e nome social – é comumente concebido como “anormal” por setores da sociedade, fomentando preconceitos e violências. Alguns cuidados têm sido apontados para o acolhimento de pessoas trans em bibliotecas, como é o caso da não-identificação de gênero em relação a criação de cadastro na instituição, ou da disponibilização de banheiros de gênero neutro, dentre outros (RIGHETTO; CUNHA; VITORINO, 2019).



As pessoas com deficiência, por apresentarem características diferentes, podem fazer parte do rol das “maiorias silenciadas”. Nesse caso, a questão das barreiras de acessibilidade possui posição de destaque. Com a padronização social daquilo que é considerado “normal” (SILVA; BERNARDINO, 2015) ou segundo ideais de beleza (LEITE; MEYER-PFLUG, 2016), as pessoas com deficiência são excluídas de diferentes maneiras em espaços institucionais, que podem promover barreiras arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais, metodológicas, instrumentais e programáticas (SILVA; BERNARDINO, 2015).

Na biblioteca podem ser observadas dificuldades de acessibilidade – para deficientes físicos, para deficientes mentais, para idosos etc. – em razão da ausência de sinalização, de elevador/ascensor, de rampas, ou presença de declives, dentre outras estruturas – barreiras arquitetônicas –; ou quando o bibliotecário não é proficiente em libras para atender uma pessoa com deficiência auditiva ou não sabe como agir diante de pessoas com deficiência – barreiras comunicacionais –; ou quando o profissional age com preconceito, com capacitismo e/ou sem alteridade – barreiras atitudinais –; ou quando não dispõe de técnicas adequadas, por exemplo, para o tratamento da informação – barreiras metodológicas –; ou quando não dispõe de equipamentos adequados, como é o caso de carência de reglete para escrever em braile – barreiras instrumentais –; ou, ainda, quando a biblioteca dispõe de regulamentos inadequados que dificultam o acesso aos produtos e serviços oferecidos – barreiras programáticas.

À luz desses aspectos, as unidades de informação devem ser instituições que permitam às pessoas com deficiência o desenvolvimento de atividades diárias com autonomia (SILVA; BERNARDINO, 2015). Como alternativa, as instituições podem se munir de meios e estratégias, como é o caso da promoção de cooperação interinstitucional, contando com equipamentos, serviços e espaços adequados, bem como contando com profissionais e técnicos informados (RIBEIRO; LEITE, 2011), algo que pressupõe concepções e visões de mundo que devem ser objeto de pesquisa e ensino para a formação profissional nos cursos de Biblioteconomia, Ciência da Informação e áreas afins.



Considerações finais

No sentido de se considerar a diversidade de sujeitos da comunidade no âmbito dos profissionais que trabalham com a (inter)mediação da informação, bem como na direção de se ampliar as possibilidades de estudo sobre as barreiras socioinstitucionais ao não-público, há de se problematizar no sentido de apontar para outras concepções e visões de mundo advindas dos questionamentos e debates acadêmicos e profissionais sobre informação e comunidade, bem como realizar investigações epistemológicas no cenário informacional.

O caminho do estudo e da reflexão sobre a composição de classes sociais – por exemplo, na sociedade brasileira – é estratégico para rever criticamente os modos e concepções de mundo influentes na produção acadêmica e na formação e atuação profissional em Biblioteconomia, Ciência da Informação e áreas afins. Ademais, se o paradigma tecnicista tenciona e/ou orienta parcela da pesquisa, do ensino e da formação profissional de modo a se apresentar como meio socioinstitucional de (re)produzir não-público, questões de ordem epistemológica se fazem não apenas necessárias, mas prementes.

Nessa direção, estudos de informação e comunidade e de usuários e não-usuários de informação (RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2020) apresentam caminhos profícuos para a identificação de diagnósticos e para a reflexão sobre desigualdade e invisibilidade social em unidades de informação, apontando para caminhos epistemológicos, políticos e éticos alternativos para formação e atuação profissional no campo informacional.

Referências

CHAVES, L. G. M. Minorias e seus estudos no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, v.2., n.1, p. 149-168, 1971.

FLUSSER, V. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v.9, n.2, p. 131-138, set. 1980.



GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Org. Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LEITE, F. P. A.; MEYER-PFLUG, S. R. Acessibilidade digital: direito fundamental para as pessoas com deficiência. **Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 2, p. 133-153, 2016.

NASCIMENTO, M. I. G. **Desvendando o véu da opacidade**: a representação da mulher nos arquivos públicos brasileiros. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2021. (Selo Nyota). 412 p.

RABELLO, R. Noções de sujeito em modelos teóricos na ciência da informação: do enfoque no sistema à consideração da agência em contexto. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 23, n. 3, p. 57- 71, 2013.

RABELLO, R. Práticas informacionais, usuário e ralé estrutural como não-público: praxiologias restritiva ou receptiva. In: TANUS, G.; ROCHA, J.; BERTI, C. (Org.). **Práticas informacionais em diálogo com as ciências sociais e humanas**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2021. (Selo Nyota).

RABELLO, R.; ALMEIDA JUNIOR, O. F. Usuário de informação e ralé estrutural como não-público: reflexões sobre desigualdade e invisibilidade social em unidades de informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 30, n. 4, p. 1-24, 2020.

RIBEIRO, A.; LEITE, J. Contributos para um conceito de “Biblioteca inclusiva”. **Integrar**, n. 19, p. 50-56, set./dez. 2002. Número temático acessibilidade e ajudas técnicas.

RIGHETTO, G. G.; CUNHA, M. F. V.; VITORINO, E. V. O papel social do bibliotecário voltado às pessoas trans: aproximações teóricas. **Em Questão**, v. 25, n. 1, p. 212-238, 2019.

SILVA, C. C. O.; BERNARDINO, M. C. R. Percepções sobre biblioteca inclusiva. **Revista Folha de Rosto**, v. 1, n. 1, p. 30-43, 2015.



SILVA, A. S.; LIMA, G. S. Construindo a visibilidade da cultura negra: ações socioeducativas para combater o racismo nos espaços informacionais. **Revista ACB**, v. 24, n. 2, p. 333-344, ago. 2019.

TOMÁS, J. La notion d'invisibilité sociale. **Cultures et Sociétés**, n.16, p. 103-109, 2010.

VIEIRA, K. R.; KARPINSKI, C. Os estudos de usuários para as minorias sociais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. 1, p.60-76, 2019.



Este texto está licenciado sob Creative Commons BY 4.0 (CC-BY). Você pode copiar, distribuir, transmitir e remixar esta publicação ou partes dela, mesmo para fins comerciais, desde que cite a fonte.



tags:

Biblioteconomia

Curtir 2

Compartilhar

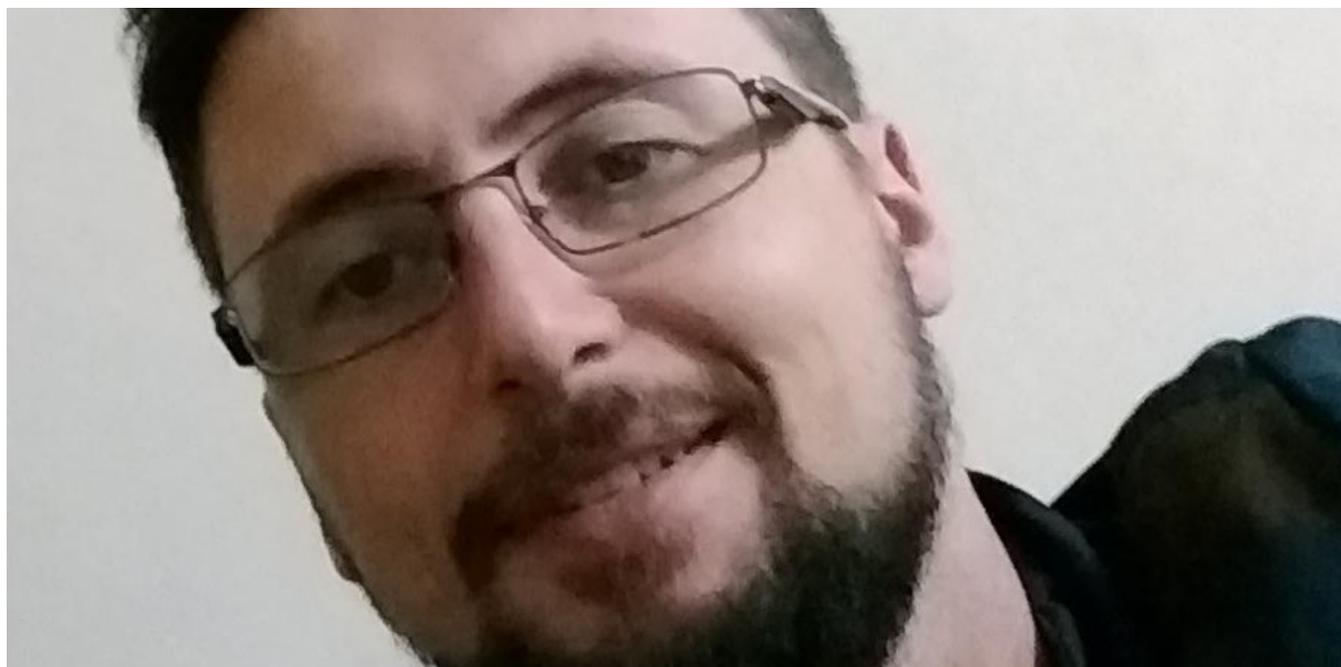
195 Leituras

Saiba Mais

Sem Próximos Ítems

[Ítem Anterior](#)





ATUAÇÃO PROFISSIONAL E NÃO-USUÁRIO EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO

Setembro/2021



Entre em Contato **RODRIGO RABELLO**

Professor da UnB. Formado em Biblioteconomia e doutor em Ciência da Informação pela UNESP, com pós-doutorados na mesma área pelo IBICT e pela UnB. Publicou recentemente, em co-organização com a Profa. Dra. Maria Nélida González de Gómez, o livro “Informação: agentes e intermediação” (<http://livroaberto.ibict.br/handle/123456789/1068>), coletânea editada pelo IBICT e que conta com a colaboração de autores brasileiros e espanhóis.

MAIS RECENTES



INFORMAÇÃO E BARREIRAS SOCIOINSTITUCIONAIS: ACESSIBILIDADE E “MAIORIAS SILENCIADAS”





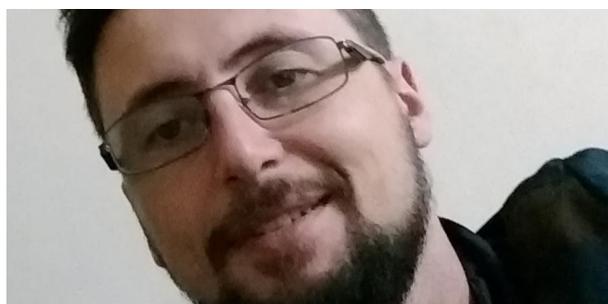
ATUAÇÃO PROFISSIONAL E NÃO-USUÁRIO EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO

🕒 Setembro/2021



"USURÁRIOS" DE INFORMAÇÃO: NOTAS QUASE FICCIONAIS

🕒 Abril/2021



PRÁTICAS INFORMACIONAIS EM MEIO A UTOPIAS E DISTOPIAS DA CONTEMPORANEIDADE

🕒 Novembro/2017

MAIS LIDOS



PRÁTICAS INFORMACIONAIS EM MEIO A UTOPIAS E DISTOPIAS DA CONTEMPORANEIDADE





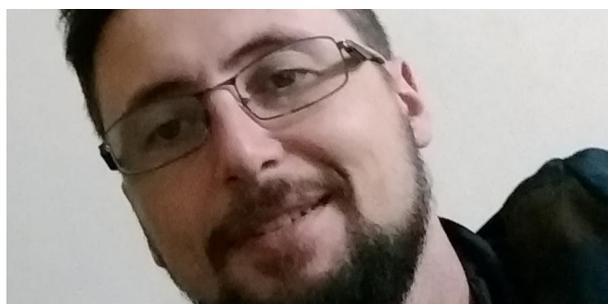
ATUAÇÃO PROFISSIONAL E NÃO-USUÁRIO EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO

🗨️ 503 Leituras



“USURÁRIOS” DE INFORMAÇÃO: NOTAS QUASE FICCIONAIS

🗨️ 478 Leituras



INFORMAÇÃO E BARREIRAS SOCIOINSTITUCIONAIS: ACESSIBILIDADE E “MAIORIAS SILENCIADAS”

🗨️ 196 Leituras

sobre a INFOhome

O Site é mantido por Oswaldo Francisco de Almeida Junior e há 22 anos está no ar no endereço OFAJ.COM.BR...

links rápidos



COLUNAS

CURIOSIDADES

DESBASTANDO O ACERVO E OUTROS TRECOS DA
BIBLIOTECONOMIA

EXPERIÊNCIAS

GENERALIDADES

INFOHOMENZINHA

MERCADO

NOTÍCIAS

TEXTOS

MEMÓRIA

ESPAÇO OFAJ

INFOHOME TV

GRUPOS DE PESQUISA

CONTATO

CADASTRE-SE

DESCADASTRE-SE

Busca na INFOhome

